



Desastre em Brumadinho terá investigação no Senado

Requerimento para criação de CPI destinada a apurar as causas do rompimento da barragem foi lido em Plenário. Senadores também vão analisar projeto sobre segurança de barragens

O desastre em Brumadinho será investigado por CPI no Senado. Ontem o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, leu o requerimento subscrito por 42 senadores para criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas do rompimento da barragem no município mineiro, em 25 de janeiro.

O Senado também decidiu ontem desarquivar projeto que torna mais rigorosas as regras para segurança de barragens. O texto foi apresentado por comissão temporária criada em 2015, após o rompimento de barragem em Mariana, também em Minas Gerais. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Deputado José Medeiros e Davi Alcolumbre (sentados) e senador Marcio Bittar (à dir., em pé): requerimento lido em Plenário foi apoiado por 42 senadores



Marcos Oliveira/Agência Senado

Os partidos confirmarão de manhã os nomes indicados para presidente e vice-presidente dos colegiados

Comissões permanentes serão instaladas hoje

Os presidentes das 13 comissões permanentes do Senado deverão ser empossados hoje, a par-

tir das 10h. Segundo o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, a intenção é

que a posse e a instalação dos colegiados sejam feitas simultaneamente. O MDB ficará com a CCJ e o PSD, com a CAE. **4**

Desarquivada PEC sobre direito à vida desde a concepção

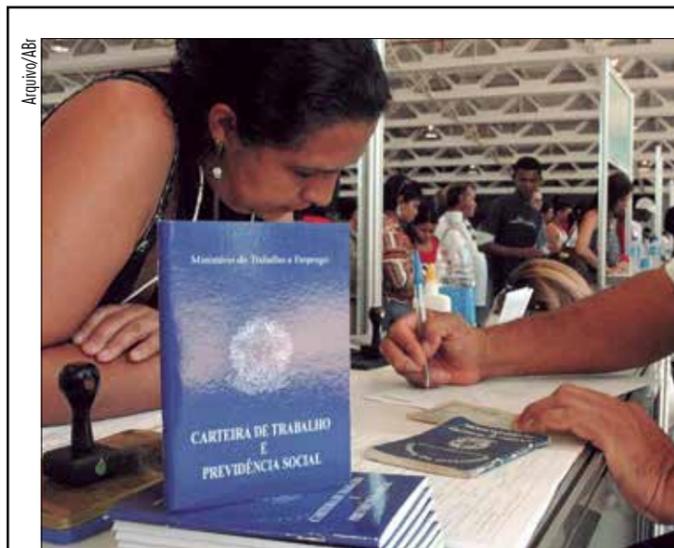
O Senado desarquivou ontem a PEC que determina a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. O requerimento foi de Eduardo Girão. Alguns senadores, como o líder do PT, Humberto Costa, foram contra sob o argumento de que a mudança poderia revogar as três exceções que existem na legislação para autorizar o aborto, como estupro. O autor do pedido disse que a PEC não retrocede a lei. **3**

Dívida interna cresce, segundo Instituição Fiscal Independente

Relatório da Instituição Fiscal Independente, órgão vinculado ao Senado, aponta que a dívida bruta geral do governo atingiu 76,7% do PIB em 2018. O resultado é 2,6 pontos percentuais maior que o do ano anterior, quando a dívida representava 74,1% do PIB. O total da dívida é de R\$ 5,272 trilhões. Para a IFI, o endividamento cresceu principalmente com a emissão de títulos públicos corrigidos pela taxa Selic. **2**

Seguem para promulgação seis acordos internacionais

Foram aprovados ontem no Plenário um tratado tributário com a Dinamarca, documentos de cooperação com a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e com São Tomé e Príncipe, um acordo de extradição com a Grécia, uma convenção sobre contêineres e um acordo com a Finlândia sobre dependentes de diplomatas. **3**



Arquimov/ABr

Projeto aumenta valor do salário mínimo este ano para R\$ 1.006

Projeto apresentado pelos senadores Paulo Rocha e Jean Paul Prates aumenta o valor do salário mínimo este ano para R\$ 1.006, como aprovou o Congresso na Lei Orçamentária Anual de 2019. O valor atual do mínimo, determinado por decreto

do Executivo do início de janeiro, é de R\$ 998.

Os autores dizem que, para chegar ao valor atual, o governo não levou em consideração o resíduo do INPC de 2017, como prevê a política de valorização do salário mínimo. **4**

O valor do mínimo determinado pelo governo foi diferente do aprovado pelo Congresso no Orçamento

Instituição Fiscal Independente aponta aumento da dívida interna

Relatório do órgão, ligado ao Senado, mostra que a dívida bruta geral do governo cresceu 2,6 pontos percentuais em 2018, em relação a 2017

A DÍVIDA BRUTA geral do governo atingiu 76,7% do produto interno bruto (PIB) em 2018 (R\$ 5,272 trilhões), ante 74,1% do PIB em 2017 (R\$ 4,855 trilhões, em valores não corrigidos pela inflação). O aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior foi financiado mais pelo aumento no endividamento interno (+2,2% do PIB) do que por endividamento externo (+0,4% do PIB).

O endividamento interno cresceu principalmente como consequência do aumento na dívida mobiliária (emissão de títulos públicos) do Tesouro Nacional (+1,9% do PIB), com destaque para o crescimento da dívida referente a títulos indexados pela taxa Selic, que avançou em 3,3% do PIB.

Os dados constam do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro, divulgado na segunda-feira pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

De acordo com o relatório, a variação no estoque de operações compromissadas do Banco Central também contribuiu, em menor grau, para o crescimento do endividamento interno entre 2017 e



Relatório mostra que o desemprego em 2018 caiu em relação a 2017

2018. Tendo como referência os meses de dezembro de cada ano, esse estoque aumentou em 0,2 % do PIB no período. Apesar do aumento, o valor de dezembro de 2018 é o menor do ano, reproduzindo o comportamento de 2017, quando o estoque foi reduzido no último trimestre, comparativamente aos meses anteriores.

Desemprego

Já a dívida líquida do setor público atingiu 53,8% do PIB em 2018, ante 51,6% em 2017, aponta o relatório. Na comparação com 2017, essa parcela cresceu menos do que a dívida bruta geral do governo. Em termos nominais, os valores

da dívida do setor público foram de R\$ 3,696 trilhões em 2018 e R\$ 3,383 trilhões em 2017.

A IFI aponta que a taxa de desemprego atingiu 12,3% da força de trabalho em 2018. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego média no país apurada por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2018 foi inferior à registrada em 2017 (12,7%). Na série com ajuste sazonal calculada pela IFI, o desemprego ficou praticamente estável entre novembro e dezembro, ao subir de 12,1% para 12,2% da força de trabalho. A lenta retomada do

nível de atividade, que segura as contratações com carteira assinada, tem limitado a redução do desemprego.

De acordo com a IFI, a formalização da economia diminuiu em 2018. A população ocupada cresceu 1,3% em relação a 2017, após encolher 0,5%, em média, entre 2015 e 2017. O avanço foi determinado pelas ocupações sem carteira assinada (alta de 4,5% em relação a 2017) e por conta própria (2,9%), evidenciando uma fragilidade na recuperação do mercado de trabalho.

Carteira assinada

O emprego com carteira assinada no setor privado encolheu 1,2% em 2018 e o percentual de ocupados que contribuem para a Previdência Social chegou a 63,2% — abaixo do patamar médio observado entre 2015 e 2017 (64,8%).

O déficit primário do governo central, de R\$ 120,3 bilhões apurado em 2018, caracterizou a segunda queda consecutiva. O resultado, segundo a instituição, foi R\$ 38,7 bilhões inferior à meta de déficit, que era de R\$ 159 bilhões para o ano passado.

Izalci elogia gestão compartilhada na rede pública do DF

Izalci Lucas (PSDB-DF) elogiou na segunda-feira a iniciativa de implantar em



Jefferson Rudy/Agência Senado

quatro escolas da rede pública um sistema de gestão compartilhada entre professores e efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

— O que falta na educação é diminuir os discursos, que são muitos, e aplicar recursos e ações — afirmou.

Marcos Rogério pede que governo restaure a BR-319

Marcos Rogério (DEM-RO) fez um apelo ontem para que o governo restaure a BR-319,



Roque de Sá/Agência Senado

que liga Manaus a Porto Velho. O senador considera que o licenciamento ambiental é o maior entrave.

— Temos que promover um debate franco. Os grandes acidentes que nós tivemos e que vitimaram muita gente foram aqueles que tinham licença ambiental, que estavam regulares.

Flávio Arns apoia movimento “Eu empurro essa causa”

Flávio Arns (Rede-PR) apoiou mudança dos critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência. O senador divulgou a manifestação nacional “Eu empurro essa causa”, marcada para sábado, às 9h, defendendo o aumento do valor mínimo de renda por pessoa da família para recebimento do BPC. Hoje o valor é um quarto do salário mínimo.



Roque de Sá/Agência Senado

Escolas devem ensinar respeito à mulher, diz Plínio

Plínio Valério (PSDB-AM) anunciou ontem que apresentará duas propostas: a autonomia do Banco Central e a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

— A solução está na criança. O garoto tem de aprender desde cedo e levar para a sua adolescência e para a sua vida adulta que não se pode tocar na mulher sem que ela queira, que mulher não é mercadoria.



Roque de Sá/Agência Senado

Humberto critica fiscalização da Abin em sínodo católico

É necessário um “choque de arrumação” para impedir que o país seja vítima de galhofa internacional, disse Humberto Costa (PT-PE). O senador criticou a tentativa de interferência do governo Bolsonaro, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em discussões ambientais da Igreja Católica.

— Desde 1º de janeiro, o país está paralisado. Quando faz um movimento, é de marcha a ré.



Roque de Sá/Agência Senado

ERRAMOS

Na edição de ontem, o **Jornal do Senado** atribuiu erroneamente ao senador Izalci Lucas (PSDB-DF) trechos do aparte do senador Styvenson Valentim (Pode-RN) sobre proposta de fazer exames toxicológicos nos alunos da rede pública. O pronunciamento correto do senador Izalci está publicado na edição de hoje.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado terá CPI para investigar Brumadinho

Agora os líderes devem indicar os integrantes da comissão. Após a instalação, a CPI vai ouvir primeiramente os responsáveis pela fiscalização da barragem na cidade mineira

AS CAUSAS DO rompimento da barragem em Brumadinho (MG) serão objeto de investigação em comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Senado. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, leu em Plenário ontem o requerimento para instalação da CPI, apresentado pelos senadores Carlos Viana (PSD-MG) e Otto Alencar (PSD-BA). Ocorrido em 25 de janeiro, o desastre provocou a morte de pelo menos 165 pessoas, deixando outras 155 desaparecidas, segundo o Corpo de Bombeiros.

No dia anterior, Davi tinha anunciado negociações com a Câmara dos Deputados para instalação de uma CPI mista para apurar o acidente na barragem do Córrego do Feijão,



Área de Brumadinho devastada pela lama de mineração: senadores não querem que culpados fiquem impunes

pertencente à mineradora Vale. Por conta disso, havia decidido adiar a leitura do requerimento, o que acabou acontecendo ontem.

Assinado por 42 senadores, o requerimento da CPI foi protocolado na quinta-feira.

Na ocasião, Otto Alencar cobrou investigação profunda “a fim de evitar a impunidade, como aconteceu com a tragédia em Mariana, em 2015”.

A CPI tem os mesmos poderes de investigação das autoridades judiciais. Os

integrantes podem fazer diligências, convocar ministros, tomar depoimentos, inquirir testemunhas e requisitar informações. Segundo Otto, inicialmente deverão ser convocados os responsáveis pela fiscalização da barragem

em todos os níveis (Ministério Público, governo estadual, órgãos ambientais etc.), bem como representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Os líderes partidários indicarão os membros da CPI. Ainda não há indicação de presidente e relator.

O rompimento da barragem em Brumadinho e a cobrança por uma comissão parlamentar de inquérito dominaram os debates na primeira sessão ordinária de 2019, que aconteceu na quinta-feira. Nesse dia, o requerimento de CPI atingiu o número suficiente de assinaturas exigido pelo Regimento Interno (pelo menos um terço dos senadores ou 27 apoios).

Desarquivado texto que amplia rigor para barragem

O projeto que torna mais rigorosas as regras para segurança de barragens voltará a ser analisado pelo Senado. Requerimento do senador Elmano Férrer (Pode-PI) para desarquivar a proposta foi aprovado ontem. O projeto será analisado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) em decisão final, a menos que haja recurso para a votação em Plenário.

O PLS 224/2016, do ex-senador Ricardo Ferraço, é resultado do trabalho da comissão que analisou a política de segurança das barragens. A proposta estabelece novos critérios para a inclusão de represas no âmbito das políticas para o setor, além de tornar mais rigorosa a fiscalização. O texto havia sido arquivado no fim de 2018, já que não teve um parecer aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). Para Elmano, as autoridades não podem assistir omissas a desastres como o ocorrido em Brumadinho.

A senadora Elisiane Gama (PPS-MA) comemorou o de-

sarquivamento e citou dados do relatório da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre a Política Pública Nacional de Segurança de Barragens, aprovado no fim de 2018. O texto aponta que, das 24 mil barragens existentes no país, 723 apresentam alto risco de colapso.

— No caso específico de Brumadinho, as informações que nós temos são de que a Vale chegou a ter algumas licenças apresentadas passando por cima de etapas que a legislação ambiental exige e promoveu reformas e implementações que não deveriam ser colocadas naquela barragem — criticou a senadora, que pretende apresentar emendas ao texto.

Desigualdade

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que as leis brasileiras ainda são prejudiciais aos mais vulneráveis. Como exemplo, citou a limitação de indenizações pela legislação trabalhista, o que faz com que as famílias

de trabalhadores mortos em Brumadinho tenham indenizações com limite de valor, o que não acontece com as dos turistas atingidos. Além disso, as indenizações máximas dos trabalhadores levam em conta o valor dos salários, o que, para ele, é injusto.

— A limitação da indenização é até 50 vezes o valor do salário daquele funcionário, então você tem uma mensuração do valor da vida de forma diferente para um funcionário que ganha pouco e para o que ganha mais.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) afirmou que o desarquivamento do texto pode ser o início de uma resposta efetiva à população na questão da segurança de barragens. Ele lembrou que, em Minas Gerais, existem outras 22 barragens em situação de atenção.

— Precisamos entender onde nós erramos e as mudanças que precisamos fazer para que situações como essas, tragédias como a de Brumadinho e de Mariana, não se repitam mais.

PEC estabelece inviolabilidade do direito à vida desde a concepção

O Plenário decidiu ontem desarquivar a proposta de emenda à Constituição que determina a “inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. A concepção ocorre quando o espermatozoide fertiliza o óvulo, dando origem ao zigoto. A PEC 29/2015 será enviada para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O desarquivamento se deu com a aprovação de requerimento de autoria do senador Eduardo Girão (Pode-CE). Alguns senadores se posicionaram contra o desarquivamento. O líder do PT, Humberto Costa (PE), chegou a apresentar outro requerimento, pedindo a retirada de pauta do pedido de Girão, mas a iniciativa foi derrotada por 61 votos a 8.

Os senadores contrários ao desarquivamento alegaram que a mudança poderia revogar as três exceções que já existem na legislação brasileira que permitem o aborto em casos excepcionais: estupro, risco de vida à mãe e anencefalia

do feto. Girão garantiu que a intenção da proposta não é essa e disse que o objetivo não é retroceder a legislação, mas sim evitar o “ativismo judicial” em temas polêmicos.

Para Humberto Costa, a questão sobre o aborto é um assunto de saúde pública e as três exceções já previstas não podem ser canceladas. Paulo Rocha (PT-PA), Randolfe Rodrigues (AP) e Fabiano Contarato (ES), ambos da Rede, também foram contrários ao desarquivamento.

Por outro lado, diversos senadores apoiaram o desarquivamento da PEC para que o Senado e a Câmara possam analisar o tema para não deixar que o Supremo Tribunal Federal (STF) invada competências do Congresso. A proposta está longe de ter consenso na opinião pública. A iniciativa já recebeu mais de 60 mil votos no Portal e-Cidadania, do Senado. Até o fechamento desta edição, 18.694 pessoas votaram a favor da PEC e 42.988, contra a mudança proposta.

Aprovados acordos com Dinamarca, Finlândia e Grécia e sobre defesa e segurança

O Senado aprovou ontem diversos tratados internacionais, que seguem para promulgação. Entre eles, estão um acordo tributário com a Dinamarca, um documento sobre trabalho de parentes de diplomatas assinado com a Finlândia, um acordo de extradição com a Grécia, uma convenção para a segurança de contêineres e documentos de cooperação na área de defesa.

O acordo entre o Brasil e a Dinamarca evita a dupla tributação e mantém o estímulo aos

investimentos dinamarqueses no Brasil e dos brasileiros na Dinamarca (PDS 150/2018). Investimentos em valores iguais ou superiores a 10% do valor do capital das empresas não serão tributados.

Um dos dois acordos para cooperação na área de defesa é com a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte (PDS 156/2018). Segundo o Ministério da Defesa, a intenção é promover o intercâmbio de tecnologia militar, educação e treinamento e a cooperação em áreas como

planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços. O segundo acordo é com São Tomé e Príncipe (PDS 157/2018) e prevê a cooperação especialmente no domínio da defesa, na área técnico-militar.

O acordo com a Grécia (PDS 149/2018) estabelece que os crimes que podem levar à extradição são os que constituam infração punível, segundo as legislações de ambas as partes, com pena privativa de liberdade, cuja duração máxima seja

igual ou superior a um ano de reclusão. O acordo prevê hipóteses de inadmissibilidade da extradição, as quais se fundamentam na dignidade da pessoa humana, entre elas a vedação da extradição para os casos em que a pena de morte possa ser aplicada.

O acordo que aprova o texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972 (PDS 152/2018), tem por objetivo estabelecer requisitos estruturais padronizados para garantir

a segurança de manuseio, empilhamento e transporte de contêineres durante sua operação normal.

Já o texto assinado com a Finlândia (PDS 149/2018) determina que dependentes, no Brasil e na Finlândia, do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico serão reciprocamente autorizados a exercer atividade remunerada mediante autorização formal do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores de cada país.

Presidentes das comissões tomam posse hoje

Intenção é que os colegiados sejam instalados simultaneamente a partir das 10h. Mas, como não há plenários suficientes para todos, alguns se reunirão após esse horário

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse ontem que as comissões permanentes poderão empossar seus presidentes ao mesmo tempo. Os líderes partidários chegaram a um acordo quanto à distribuição dos comandos das comissões e os nomes indicados deverão ser confirmados hoje, a partir das 10h.

A intenção é que a instalação seja simultânea, mas como não há plenários suficientes para todas elas, algumas se reunirão depois desse horário, ainda pela manhã.

Davi agradeceu a cooperação dos líderes no acordo firmado para a distribuição das comissões e destacou que, graças ao “diálogo” e à “convergência”, não haverá disputa pelas presidências.

— Poderemos fazer não a votação, mas a aclamação dos presidentes e vice-presidentes das 13 comissões — celebrou.

Maior bancada do Senado, o

MDB presidirá a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Educação, Cultura e Esporte (CE). O partido também indicará o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que deve ser um senador neste ano.

Outros dois partidos presidirão duas comissões cada um: o PSD comandará as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e o PSDB

comandará as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

As demais comissões serão presididas por senadores de oito legendas diferentes. Já o comando da Comissão Senado do Futuro (CSF) será dividido no biênio 2019-2020: o PRB e o PSC vão se revezar nos cargos de presidente e de relator.



Em entrevista, Davi comemora acordo para a distribuição das comissões

Colegiados permanentes

		PRESIDÊNCIA	MEMBROS
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	MDB	27
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos	PSD	27
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	MDB	27
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura	DEM	23
CAS	Comissão de Assuntos Sociais	Pode	21
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	PSD	19
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	PT	19
CMA	Comissão de Meio Ambiente	Rede	17
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	PSL	17
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	PP	17
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	PSDB	17
CTFC	Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	PSDB	17
CSF	Comissão Senado do Futuro	PRB/PSC	11
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	MDB (2019)	31 deputados 11 senadores

Senadores querem mínimo de R\$ 1.006 aprovado pelo Congresso

Projeto de lei de Paulo Rocha (PT-PA) e Jean Paul Prates (PT-RN) propõe que este ano o salário mínimo seja de R\$ 1.006, como aprovou o Congresso Nacional na Lei Orçamentária Anual, e não de R\$ 998, conforme determinou o Executivo por meio de decreto no início de janeiro. O texto (PL 547/2019) será inicialmente analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A política de valorização do salário mínimo (Lei 13.152, de 2015) considera no cálculo do reajuste o produto interno bruto (PIB) dos dois anos an-

teriores e a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior. A lei diz ainda que uma possível diferença do INPC estimado e do valor oficial divulgado posteriormente deve ser compensada no próximo reajuste.

Segundo os senadores, o valor de R\$ 998 não contempla o resíduo do INPC de 2017. De acordo com eles, o valor do mínimo deveria ser de R\$ 1.000 porque o reajuste concedido pelo ex-presidente Michel Temer para o salário em vigor em 2018 (1,81%) ficou abaixo do INPC de 2017 (2,07%).

Paulo Rocha e Jean Paul Prates avaliam que o impacto orçamentário do reajuste de R\$ 1.006 foi absorvido pelo Orçamento de 2019, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Emenda do Teto de Gastos.

“Não há óbices para que o Poder Executivo mantenha o valor previsto na Lei Orçamentária Anual, aprovada pelo Congresso Nacional, sobretudo diante do aumento recente do número de pessoas em situação de pobreza e dos altos índices de desemprego”, explicam no texto do projeto.

O argumento utilizado pelo governo Bolsonaro para

reduzir o valor do mínimo é que as estimativas de inflação estavam superdimensionadas.

Política de reajuste

O atual modelo de correção do salário mínimo vale desde 2006, mas a legislação em vigor só prevê a manutenção desses critérios até 1º de janeiro de 2019. Isso garante ao Executivo, daqui por diante, o poder de decidir se haverá e de quanto será o reajuste, como ocorria até 2005, sempre com a participação do Legislativo.

Com isso, o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica terão até abril

para definir como o governo enfrentará a questão do salário mínimo. Esse é o limite para o envio ao Congresso do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte. O texto terá de trazer a previsão do salário mínimo para 2020.

O ex-senador Lindbergh Farias apresentou proposta (PLS 416/2018) para a continuidade da política de valorização do salário mínimo, estendendo as regras usadas atualmente para o cálculo até 2023. O texto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Rede Globo e bombeiros serão homenageados em duas sessões

O Senado aprovou ontem a realização de duas sessões especiais de homenagem. Uma delas comemora os 54 anos da Rede Globo de Televisão. A segunda é dedicada às corporações dos corpos de bombeiros que atuaram nas operações de resgate em Brumadinho (MG).

A proposta de homenagem à Rede Globo é de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo ele, trata-se do reconhecimento da importância da maior rede de televisão brasileira, fundada em 26 de abril de 1965, pelo jornalista Roberto Marinho.

Já a proposta de homenagem aos bombeiros foi de

iniciativa de Soraya Thronicke (PSL-MS). De acordo com ela, o requerimento foi motivado pelo heroico papel que essa corporação tem exercido nos resgates após catástrofes como a ocorrida pelo rompimento da represa de rejeitos da empresa Vale, onde 165 mortes já foram confirmadas.

Nas sessões especiais, não há votações. Elas se destinam a comemorar ou homenagear um fato, pessoas ou organizações. Para serem apresentados requerimentos de sessões de homenagem, é preciso a subscrição de pelo menos seis senadores.

Kátia Abreu quer manter incentivos ao setor agrícola

É preciso manter as subvenções ao setor agrícola brasileiro, na opinião de Kátia Abreu (PDT-TO).

A senadora pediu ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a preservação de incentivos de apoio à produção, como o financiamento para modernização de máquinas. Ela citou o Brasil como uma grande potência no setor agrícola, mas que, diante de subvenções aplicadas por nações menos competitivas, precisa avançar.

— O setor é responsável atualmente por 42% da receita do país com exportações. Isso justifica que a subvenção ultrapasse US\$ 7 bilhões por ano.



Roque de Sá/Agência Senado

Fim de taxa prejudica produtor de leite, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) criticou a decisão do governo federal de encerrar a cobrança tarifária sobre a importação de leite em pó, integral ou desnatado, da União Europeia e da Nova Zelândia.

O senador afirmou que a taxa tinha como objetivo evitar que os produtores nacionais fossem prejudicados pelo aumento de oferta dos produtos de outros países, que são mais baratos porque recebem subsídios. Para Paim, se o governo não voltar atrás, a população brasileira só vai comprar leite europeu, prejudicando os produtores brasileiros.



Roque de Sá/Agência Senado

Kajuru propõe fim da reeleição para o Poder Executivo

Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu ontem o fim da reeleição para cargos do Executivo. De acordo com a proposta do senador, o mandato do presidente da República, governadores e prefeitos passaria para cinco anos, sem recondução.

— O assunto é alvo de grandes discussões tanto na esfera política quanto no seio da população. Acabar com o instituto da reeleição, como eu proponho, tem o saudável efeito de estabelecer a imparcialidade no pleito eleitoral, por estabelecer igualdade de condições entre os pleiteantes aos cargos efetivos e eletivos.



Roque de Sá/Agência Senado